

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO N^º , DE 2016

(Da Sra. Deputada Federal LAURA CARNEIRO)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a obesidade infantil no Brasil

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão para discutir a situação atual da obesidade infantil no país e as estratégias para enfrentá-la, tendo em vista o relatório final da Comissão pelo Fim da Obesidade Infantil, da Organização Mundial de saúde (OMS), publicado no fim de janeiro deste ano, com a participação de representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Organização Mundial da Saúde (OMS);
- Ministério da Saúde;
- Sociedade Brasileira de Pediatria;
- Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO); e,
- Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).
- Associação Brasileira de Cirurgia Bariátrica

JUSTIFICAÇÃO

As alterações nos hábitos alimentares e de vida da população brasileira nas últimas décadas vêm ocasionando grande aumento na prevalência de obesidade em todas as faixas etárias. Mais do que um problema em si mesmo, a obesidade é um fator de risco comprovado para enfermidades como diabetes e cardiopatias.

A obesidade infantil é especialmente preocupante: crianças obesas tendem a ser adultos obesos, expondo-se ao risco aumentado de enfermidades desde tenra idade e durante quase toda a vida. Compreensivelmente, a Organização Mundial da Saúde elegeu a obesidade infantil como um tema prioritário e criou, em 2014, a Comissão pelo Fim da Obesidade Infantil.

A Comissão publicou, em janeiro deste ano, o relatório de seus trabalhos, que contém, entre outros itens, princípios norteadores, objetivos estratégicos, recomendações, ações e responsabilidades da OMS e dos países-membros para implementar um programa global de combate à obesidade infantil.

Entendemos que o momento atual, logo após a publicação do relatório, é o ideal para que se lhe dê amplo conhecimento, para que se promova a adequada discussão e para que se inicie o planejamento da execução das ações cabíveis pelos diversos entes nacionais. Não o fazendo agora, corre-se o risco de adiar para o próximo ano, visto que as eleições municipais naturalmente ocuparão grande parte da agenda política do segundo semestre. Perder-se-ia grande parte do impacto decorrente da divulgação do trabalho.

Sala da Comissão, em de maio de 2016.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO
(PMDB-RJ)**